

Editorial

Todo arquivo é fragmento: de fatos, atividades e vidas. Todo arquivo é substrato de seleções e circunstâncias imponderáveis. Os arquivos privados de personalidades públicas impõem desafios a quem pretende organizá-los. No princípio, o caos. Amontoado de registros distantes dos seus contextos de produção, documentos sem vínculos explícitos, destituídos de sentidos: cartas românticas, um despacho burocrático, processo judicial, livros técnicos e de arte, poemas, rascunhos de discursos, recortes de jornais, referência a uma Maria... uma mecha de cabelos! Não há um político, um advogado, um fazendeiro, um esposo, ou um poeta. Há uma pessoa e muitas profundezas de vidas. Aos profissionais de arquivo cabe a missão de “colar” esses fragmentos documentais para que, por fim, se vislumbre um “rosto” inteligível, não de um homem, mas de um tempo.

Este inspirado texto de abertura da exposição “Júlio Prestes, o último presidente da República Velha: o arquivo privado de um homem público”,¹ expressa em poucas palavras alguns dos desafios enfrentados pelos profissionais de arquivo diante da tarefa de dar sentido aos fragmentos documentais dos arquivos privados nas instituições de custódia.

Ao escolher o tema ARQUIVOS PRIVADOS DE INTERESSE PÚBLICO para esta edição da Revista do Arquivo, os editores chamam a atenção para a necessidade de elaboração de políticas de preservação de acervos dessa natureza no Brasil e de definições legais mais claras que regulamentem com maior eficácia as questões situadas nos interstícios das esferas do público e do privado. De acordo com Lopes & Rodrigues, as definições legais no Brasil são “pouco satisfatórias”.² Citando Manuel Vásquez, Sônia Troitino sugere que “a adoção de uma política arquivística não é uma prerrogativa exclusiva do Estado, sendo igualmente passível de ser formulada por entidades de qualquer natureza ou origem”³.

Afinal, os arquivos privados são componentes importantes para as pesquisas científicas e para a cultura em geral. Ou, nos dizeres de Oliveira, Macêdo & Sobral⁴, são “produtos socioculturais que constituem referenciais para a memória coletiva e para a pesquisa histórica”. Exemplos confirmadores dessa assertiva podem ser facilmente acessados em portais eletrônicos como o do Museu de Astronomia ou a Casa Rui Barbosa, ambos no Rio de Janeiro.

Sabemos que se trata de luta difícil se atentarmos para a dramática situação em que se encontram até mesmo arquivos públicos de todo país. Mas, há motivos para renovarmos a esperança por tempos melhores, afinal, alguns dos artigos aqui publicados situam a década de 1970 como o período em que importantes iniciativas acontecem no Brasil em relação à preservação de arquivos privados. De lá para cá já não são poucas as experiências de sucesso que viraram referências para nós: podemos citar o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP); o Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM/UNESP), a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Museu de Astronomia, a Fundação Fernando Henrique Cardoso e o próprio acervo do APESP, que cresceu nos últimos 20 anos, fato corroborado pelo artigo de Márcia Pazin.⁵ Isso só para citarmos as instituições que nesta edição da Revista se fazem representar por meio de seus articulistas.

¹ Essa exposição esteve em cartaz no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no período de 05 de abril a 17 de junho de 2016. Edição virtual dessa exposição pode ser acessada no site do APESP: http://200.144.6.120/exposicao_julio Prestes/index.php

² Ver artigo Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações nesta edição.

³ Ver artigo De interesse público: política de aquisição de acervos como instrumento de preservação de documentos nesta edição.

⁴ Ver artigo Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso nesta edição.

⁵ Ver artigo Acervos Privados no Arquivo Público do Estado de São Paulo: uma visão sobre os fundos institucionais nesta edição.

Além do mais, também nos alentam os impulsos às políticas de arquivos com os visíveis impactos positivos para esta causa a partir da implementação de dispositivos decorrentes da Lei 12.527/2011, que tem acionado instâncias do judiciário e de órgãos de controle, além de tribunais de conta.⁶ Assim, esperamos que essa boa onda que estimula a criação e organização dos arquivos públicos, em várias esferas, também sensibilizem gestores públicos e privados para a importância dos arquivos privados de interesse público. Para o bem da ciência e da construção da nossa história.

Marcelo Chaves

⁶ O Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP) acumula muitas experiências que confirmam essa expectativa. Consultar: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao>

Apresentação

Artigos

A Revista do Arquivo, nesta quarta edição, segue perseguindo o seu intento de revelar dimensões e profundezas do pensar sobre essa insólita atividade, cujo centro de gravidade gira em torno de acervos documentais: invisível, maltratada, indispensável, inusitada, repugnante, atraente, minimalista e grandiosa. Labiríntica, sem fundo, reveladora, ousa almejar a eternidade e a ordem no caos.

Os artigos deste número são frutos de memorável seminário realizado em abril de 2016 no APESP¹ e também de resposta ao chamado da revista. Produção de tantos que apaixonadamente se entregam ao ofício em arquivos e centros de documentação.

Do referido seminário, brotou singelo texto de Elisabete Ribas que nos instiga a refletir sobre a ilusão provocada pelas imagens sem contexto e peculiaridades decorrentes da diversidade típica dos arquivos privados; Silvana Goulart nos brinda com um texto didático em que expõe sobre organização de dois arquivos de personalidades públicas, em tempos distintos, em que, a partir de experiência própria, flagra a evolução das práticas arquivísticas desde a década de 1980; a partir do eclético e multifacetado acervo do CEDEM, Sônia Troitino reflete sobre um dos grandes problemas dos arquivos, especialmente daqueles especializados em documentos privados: política de formação de coleções e acervos (ou, a falta dela); Renan Castro expõe o seu entusiasmo ao narrar o sucesso na implantação de sistema informatizado de instituição que experimentou o pioneirismo em organização de arquivos privados de interesse público; o mesmo seminário revelou o talento de Márcia Aragão que compôs a equipe organizadora do Fundo Júlio Prestes e que agora nos apresenta aspectos desse desafio.

Mas, não para por aí: o seminário nominado com o provocante título de “Júlio Prestes, o último presidente da República Velha...” nos enriqueceu com a panorâmica abordagem de Edilene Toledo sobre o efervescente e prodigioso período histórico que marcou a trajetória do produtor do Fundo que foi objeto principal daquele evento. E mais: convidamos o leitor a saborear as reflexões da linguista Verena Kewitz que nos revela o olhar especial e característico dos filólogos que se debruçam sobre os arquivos em busca de detalhes inusitados sobre as transformações da língua portuguesa ao longo do tempo.

A Revista do Arquivo se orgulha ainda de ter o seu chamado atendido por autoras como Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Patrícia Ladeira Penna Macêdo e Camila Campoi de Sobral que nos instigam à reflexão sobre melindrosos aspectos em relação à política de aquisição e a questão do acesso aos arquivos privados; Bruna Pimentel Lopes e Georgete Medleg Rodrigues a revelar aspectos interessantes do processo que culminou na Lei de Arquivos de 1991, no que tange aos arquivos privados de interesse público. Ao apontar incongruências na caracterização dos arquivos privados custodiados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, apoiada em alguns dos reconhecidos autores da ciência arquivística, Márcia Pazin indica importantes elementos para reflexão sobre o assunto. Acervos de pesquisas científicas são objetos de estudos de espécies e tipologias documentais realizados por Alexandre Faben Alves e Maria Celina Soares de Mello e Silva, que apresentam resultados parciais baseados em análise de diplomas de reconhecido ornitólogo.

Por fim, a seção de artigos da Revista do Arquivo apresenta o trabalho de Elisabete Azevedo que traça interessante panorama sobre a situação dos acervos dos teatros paulistanos. Vale conferir.

¹ “Júlio Prestes, o último presidente da República Velha. Arquivo privado de um homem público”. Seminário realizado no APESP em 05 de abril de 2016.

Intérpretes do acervo

A nossa intérprete é Verena Kewitz, filóloga, Professora Doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ela que há mais de 20 anos garimpa o nosso acervo manuscrito em busca de pistas reveladoras de preciosidades sobre a nossa língua portuguesa. Uma entrevista inesquecível!

Prata da Casa

Claro, não podia ser outra: a equipe do Núcleo de Acervo Textual Privado traz à luz interessantes informações de bastidores sobre os desafios cotidianos de quem vive a experimentar a organização de distintas tipologias de arquivos privados.

Arquivo em imagens

Os aficionados em imagens terão ao seu dispor alguns flashes iconográficos de alguns dos arquivos privados do APESP.

Vitrine

Convidamos os leitores a conhecer a esplêndida experiência de organização de acervo documental e bibliográfico da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA). Esse é para ler e divulgar!

Para deliciar e se informar: uma instigante carta para uma namorada em plena revolta paulista em maio de 1932 nos faz mergulhar em ambiente do passado. Política, receita farmacológica e cotidiano. Vocês vão gostar (e a nossa entrevistada Verena Kewitz vai amar).

Ou seja, uma edição para se informar, se formar e desfrutar!